

ESTADO DE SÃO PAULO **Um governo preso à dívida**

14 FEV 1997

14 FEV 1997

O governo federal continua preso a uma dívida crescente, que o força a gastar com juros mais do que o valor aplicado em saúde e saneamento ou em educação. Foi assim no ano passado e dificilmente o quadro mudará em 1997. De janeiro a dezembro, segundo o Ministério da Fazenda, o Tesouro Nacional destinou aos juros e encargos da dívida mobiliária, isto é, representada por papéis negociados no mercado financeiro, cerca de R\$ 10,1 bilhões, se a despesa for contabilizada pelo critério de competência, ou R\$ 11,2 bilhões, se for considerado o regime de caixa. Os valores são líquidos e reais, estando descontados tanto a inflação do período, quanto os encargos e juros dos créditos em favor do Tesouro. Se a dívida não houvesse crescido, essas despesas teriam despencado, porque os juros reais pagos pelos papéis do governo caíram de 24,4% em 1995 para 14,7% em 1996.

O Tesouro continuou a endividar-se, no ano passado, não só por causa dos problemas administrativos de rotina. Entre dezembro de 1995 e dezembro de 1996, seus papéis em circulação fora do Banco Central passaram de R\$ 60 bilhões

para R\$ 93 bilhões. Foi preciso lançar títulos no mercado para capitalizar o Banco do Brasil, depois de um ano de grande prejuízo, e, além disso, houve a renegociação dos débitos de agricultores. Essa renegociação também está sendo financiada com mais papéis públicos no mercado. Neste ano, a dívida federal ainda será inflada pelos acordos com os governos estaduais. Em todos os casos, tensões políticas acabam desembocando no Tesouro. Ora se trata de socorrer bancos federais ou estaduais sempre sujeitos aos riscos do jogo político, ora se procura atender a uma bancada com votos suficientes para deixar o governo em xeque, ora se estende o socorro a governadores em apuros, afundados em dívidas causadas por acertos políticos acumulados em gestões anteriores.

Com isso se perderam os benefícios da redução dos juros. Feito o cálculo pelo critério de competência, o gasto do Tesouro com juros e encargos caiu só 11,7%: de R\$ 11,48 bilhões para R\$ 10,1 bilhões. Pelo critério de caixa, isto é, de desembolso efetivo no período, houve um aumento de 38,3%: de R\$ 8,1 bilhões para R\$ 11,2 bilhões. A diferença se explica,

pelo menos em parte, pela forma de registrar os juros de Letras Financeiras do Tesouro (LFT) lançadas no primeiro semestre de 1995. Pelo regime de competência, o custo se distribui em parte pelo ano de 1995 e em parte pelo primeiro semestre de 1996. Pelo conceito de caixa, o total é lançado no vencimento efetivo, isto é, no primeiro semestre do ano passado. Pelos cálculos do Banco Central (BC), com critério um pouco diferente, o Tesouro gastou

com juros, pelo regime de competência, R\$ 10,6 bilhões em 1995 e R\$ 9,9 bilhões no ano passado. Isso não muda essencialmente o quadro.

Também o BC teve de aumentar o seu endividamento. Os títulos de sua responsabilidade passaram de R\$ 56,6 bilhões em dezembro de 1995 para R\$ 83,1 bilhões um ano depois. Assim, a dívida correspondente a papéis federais no mercado — emitidos pelo Tesouro e pelo BC — subiu de R\$ 108,5 bilhões no fim de 1995 para R\$ 176,2 bilhões 12 meses mais tarde. Os títulos do BC custaram R\$ 7,4 bilhões

em juros, no ano passado, mais que o dobro do valor pago um ano antes (R\$ 3,2 bilhões).

O endividamento do BC, em 1996, pode ser explicado por dois grandes fatores. O primeiro fator foi a necessidade de absorver moeda estrangeira equivalente a cerca de US\$ 8 bilhões. Foi esse o aumento

das reservas cambiais, que chegaram a US\$ 60 bilhões no fim do ano. Entrou dinheiro suficiente, na forma de empréstimos e de investimentos, para cobrir o déficit

cit em conta corrente e ainda engordar as reservas. O BC teve de intervir no mercado para recolher o excesso de dólares e impedir a valorização do real, que teria provavelmente agravado o déficit comercial.

O outro grande fator foi o socorro aos bancos, tanto pelas operações normais de redesconto quanto pelo programa especial de reestruturação, o Proer.

Neste ano, os juros devem continuar em queda. Mas, mais uma vez, ao que tudo indica, o benefício dessa redução será em grande parte anulado pelo endividamento público.

**Os juros caem,
mas os grandes
acertos políticos e
financeiros
engordam a
dívida federal**